

e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, 87-5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e demais elementos estão também disponíveis na página electrónica desta Direcção-Geral.

11 de Agosto de 2011. — O Subdirector-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.
305021249

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho (extracto) n.º 10568/2011

Por despacho de 13 de Junho de 2011, do Director Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, com a anuência do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, precedido de despacho favorável do Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural e S. E. o Secretário de Estado da Administração Pública de

	Capacidade igual ou inferior a 0,25 l	Capacidade superior a 0,25 l e igual ou inferior a 0,5 l	Capacidade superior a 0,5 l e igual ou inferior a 1 l	Capacidade superior a 1 l e inferior a 2 l	Capacidade igual ou superior a 2 l
Vinhos DO Beira Interior.	0,0116 €/unidade	0,0233 €/unidade	0,0565 €/unidade	0,07 €/unidade	0,0565 €/litro (ou fracção)
Vinhos IG Terras da Beira	0,0096 €/unidade	0,0183 €/unidade	0,0365 €/unidade	0,05 €/unidade	0,0365 €/litro (ou fracção)

7 de Julho de 2011. — A Vice-Presidente, *Edite Azenha*.

Aviso n.º 16374/2011

Procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria técnica superior do mapa de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

1 — Nos termos das disposições conjugadas do artigo 50.º, do n.º 2, do artigo 6.º e da alínea *b*), do n.º 1 e 3 do artigo 7.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 12 de Agosto de 2011, ao abrigo do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 46/2007, de 27 de Fevereiro, em substituição do Presidente, por impedimento, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, no *Diário da República*, procedimento concursal comum, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

2 — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria, estando dispensada a consulta prévia à ECCRC.

3 — Prazo de validade — o procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Legislação aplicável: ao presente procedimento é aplicável a tramitação prevista no artigo 54.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e regulamentado pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro na redacção dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

5 — Publicitação — o presente aviso encontra-se disponível na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) para consulta a partir do 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, na página electrónica do IVV, I. P. (www.ivv.min-agricultura.pt) e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

6 — Âmbito do Recrutamento — nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento faz-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

7 — Local de trabalho: Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I. P.), na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 5, em Lisboa.

8 — Posto de trabalho — actividade no âmbito da Biblioteca, Arquivo e Documentação.

2011.04.26 e 2011.05.25, respectivamente, foi autorizada a mobilidade interna na modalidade de mobilidade na categoria ao abrigo do artigo 59.º e seguintes, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do técnico superior Carlos Augusto Caimoto Amaral Ludovico, para desempenhar funções na DRAP Algarve, nos termos do n.º 1 do artigo 63.º da supra citada legislação, na redacção dada pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, com efeitos a partir de 01 de Julho de 2011.

20 de Julho de 2011. — O Director Regional, *Joaquim Castelhão Rodrigues*.

205034825

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 16373/2011

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio, torna-se público que, no ano de 2011, os valores da Taxa de Certificação a cobrar no acto de certificação pela Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior, são os constantes do quadro seguinte:

8.1 — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:
Exercer com autonomia técnica e responsabilidade funções de estudo, planeamento, programação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica inseridas na missão e atribuições do IVV, I. P., nomeadamente, nos seguintes domínios da actividade:

- Coordenação da Biblioteca do IVV, I. P.;
- Coordenação do arquivo histórico e corrente;
- Coordenação de toda a informação e documentação;
- Organização de iniciativas de carácter técnico-cultural relacionadas com a Vinha e o Vinho;
- Cooperação com instituições do Sector;
- Apoio à comunidade académica e científica em trabalhos sobre o sector vitivinícola;
- Colaboração na edição de obras bibliográficas com interesse para o Sector vitivinícola.

9 — O posicionamento remuneratório do trabalhador a recrutar determina-se tendo em conta o disposto no n.º 10, do artigo 24.º e no artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, apenas podendo candidatar-se trabalhadores com remuneração igual ou superior à que resulta do disposto no artigo 26.º do mesmo diploma legal.

10 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

10.1 — Requisitos gerais de admissão:

a) Ser detentor dos requisitos previstos no artigo 8.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

b) Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou encontrar-se em situação de mobilidade especial e que possua, até à data limite para a apresentação das candidaturas,

10.2 — Requisitos específicos:

a) Poderão candidatar-se ao posto de trabalho os candidatos que sejam titulares da licenciatura, não se colocando a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional;

b) Preferencialmente, deverão os candidatos possuir licenciatura na área habilitacional das Ciências Sociais e conhecimentos históricos do sector vitivinícola, designadamente, a evolução da estrutura do IVV, I. P. e a organização institucional do sector.

11 — Não serão admitidos os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal deste Instituto idênticos aos postos de trabalho cuja ocupação se pretende com o presente procedimento concursal,